

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	29
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	30
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	31
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	32
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	34
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	35
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	100.000
Preferenciais	0
Total	100.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	23.982.125	21.222.511	22.493.833
1.01	Ativo Circulante	23.022.042	20.332.348	21.873.947
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	296.538	3.500.750	1.794.681
1.01.03	Contas a Receber	21.896.355	16.739.306	19.562.784
1.01.06	Tributos a Recuperar	215.777	20.196	19.606
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	613.372	72.096	496.876
1.02	Ativo Não Circulante	960.083	890.163	619.886
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	799.143	764.779	459.268
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	799.143	764.779	459.268
1.02.03	Imobilizado	160.940	125.384	160.618
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	160.940	125.384	160.618

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	23.982.125	21.222.511	22.493.833
2.01	Passivo Circulante	22.840.660	395.778	5.911.596
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.331	1.280	23.456
2.01.02	Fornecedores	15.866	3.859	34.590
2.01.03	Obrigações Fiscais	152.732	230.395	64.175
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	21.667.402	61.647	54.450
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	181.351	61.647	54.450
2.01.04.02	Debêntures	21.486.051	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	982.329	98.597	5.734.925
2.02	Passivo Não Circulante	0	20.429.848	17.117.338
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	20.401.815	17.027.657
2.02.01.02	Debêntures	0	20.401.815	17.027.657
2.02.02	Outras Obrigações	0	28.033	89.681
2.03	Patrimônio Líquido	1.141.465	396.885	-535.101
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000	100.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.041.465	296.885	-635.101

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.244.714	4.678.976	3.426.899
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.293.178	-1.406.554	-1.468.950
3.03	Resultado Bruto	4.951.536	3.272.422	1.957.949
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.780.111	-1.994.083	-2.405.462
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.784.630	-1.994.083	-2.405.462
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.519	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.171.425	1.278.339	-447.513
3.06	Resultado Financeiro	490.784	171.623	40.314
3.06.01	Receitas Financeiras	569.677	289.791	151.900
3.06.02	Despesas Financeiras	-78.893	-118.168	-111.586
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.662.209	1.449.962	-407.199
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-578.189	-522.384	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.084.020	927.578	-407.199
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.084.020	927.578	-407.199
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	0	-8,85

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	1.084.020	927.578	-407.199
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.084.020	927.578	-407.199

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.979.553	-77.411	-6.928.797
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.253	0	-179.333
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.220.406	1.783.480	8.613.970
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.204.212	1.706.069	1.505.840
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.500.750	1.794.681	288.841
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	296.538	3.500.750	1.794.681

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	100.000	0	0	296.885	0	396.885
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	1.048	0	1.048
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	100.000	0	0	297.933	0	397.933
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-340.488	0	-340.488
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-340.488	0	-340.488
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.084.020	0	1.084.020
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.084.020	0	1.084.020
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	20.000	0	-20.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	20.000	0	-20.000	0	0
5.07	SalDOS Finais	100.000	20.000	0	1.021.465	0	1.141.465

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	0	0	-635.101	0	-535.101
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	4.408	0	4.408
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	0	0	-630.693	0	-530.693
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	927.578	0	927.578
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	927.578	0	927.578
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	0	0	296.885	0	396.885

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	0	0	-129.685	0	-29.685
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-98.217	0	-98.217
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	0	0	-227.902	0	-127.902
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-407.199	0	-407.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-407.199	0	-407.199
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	0	0	-635.101	0	-535.101

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	7.244.714	4.678.976	3.426.899
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.389.684	-1.556.399	-1.914.677
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.855.030	3.122.577	1.512.222
7.04	Retenções	-34.431	-35.234	-18.715
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.431	-35.234	-18.715
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.820.599	3.087.343	1.493.507
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	569.677	289.791	151.900
7.06.02	Receitas Financeiras	569.677	289.791	151.900
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.390.276	3.377.134	1.645.407
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.390.276	3.377.134	1.645.407
7.08.01	Pessoal	120.445	147.140	190.161
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	878.465	717.859	180.133
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.307.346	1.584.557	1.682.312
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.084.020	927.578	-407.199

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 29.088.092/0001-95

ROMAXIS
CORPORATE FINANCE

Joinville – SC, 22 de março de 2022.

Aos acionistas da

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **ROMAXIS SECURITIZADORA S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Informamos ainda, que as referidas demonstrações financeiras têm o objetivo específico de atender aos requisitos no processo de registro da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme disposto nos artigos 25 e 26 da INCVM 480/09.

Atenciosamente,

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

Diretor Presidente

Pedro Luiz Mees

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Romaxis Securitizadora S/A, é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 01 de setembro de 2017, localizada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua: Expedicionário Holz, nº 550, 18º andar, sala 1.804, Bairro: América, CEP: 89.201-740, tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) Emissão de Debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76, (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua: Expedicionário Holz, nº 550, 18º andar, sala 1.804, Bairro: América, CEP: 89.201-740.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pelo Conselho de administração em 22 de março de 2021.

1.1 Impactos do Covid-19

Desde o dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia. O surto provocado pela contaminação de COVID-19, que evoluiu e continua evoluindo, gerando impacto nas atividades globais. Tendo em vista as avaliações da Emissora, informamos que, até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não observamos eventos e impactos financeiros relevantes dentro das operações destas Demonstrações Financeiras.

2) RISCOS

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Reconhecimento de receita**i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período

de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para

4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em

relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários a vista	19.547	156.457
Aplicações financeiras	276.991	3.344.293
Total de caixa e equivalentes de caixa	296.538	3.500.750

6. DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Duplicatas a receber	21.060.906	16.876.740
(-) Duplicatas Clientes à Conciliar	835.449	(137.434)
Total de direitos creditórios	21.896.355	16.739.306

- b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

Períodos em dias	A vencer	Vencidos	Total
até 30 dias	6.556.901	434.405	6.991.306
de 31 e 60 dias	3.232.099	96.177	3.328.276
de 61 e 90 dias	1.334.771	92.178	1.426.949
de 91 e 120 dias	747.103	81.620	828.723
de 121 e 150 dias	630.835	57.120	687.955
de 151 a 180 dias	577.589	64.509	642.098
Acima de 181 dias	7.828.302	162.746	7.991.048
Total Geral	20.907.800	988.755	21.896.355

7. OUTROS CRÉDITOS

A conta “Outros créditos” refere-se à adiantamentos feitos à fornecedores, distribuição antecipada de lucros no exercício aos administradores, empréstimos com partes relacionadas e antecipações aos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), e estão assim dispostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos a receber – CRI	118	65.135
Outros Créditos	613.254	
Adiantamentos a fornecedores		6.961
Total Outros Créditos	613.372	72.096

8. PARTES RELACIONADAS

A conta “Partes Relacionadas” refere-se a operações que a Companhia realizou com empresas do grupo, as quais estão em favor da Romaxis e estão dispostas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Valores Partes relacionadas	799.143	764.779
Total Partes Relacionadas	799.143	764.779

9. IMOBILIZADO

A conta “Imobilizado” é composta por:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020	
	Taxa	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Eq. Processamento de dados	5%	30.862	(4.750)	26.112	1.017
Móveis e utensílios	5%	7.333	(2.132)	5.201	5.934
Software	10%	145.391	(15.764)	129.627	
Veículos					118.433
Total do Imobilizado		179.333	(18.715)	160.940	125.384

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A conta “Empréstimos e Financiamentos” é composta por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos a pagar	181.351	61.647
Total Empréstimos e Financiamentos	181.351	61.647

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A conta “Obrigações tributárias” é composta por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cofins a recolher	2.311	6.214
CSLL estimativa a recolher	25.829	59.757
IRPJ Estimativa a recolher	63.747	155.991
PIS a recolher	376	1.010
CSRF retido a recolher	13.141	2.683
IOF sobre mútuo a recolher	123	123
IRRF retido a recolher	4.239	866
ISS retido a recolher	100	2.872
Provisão de IRRF sobre debêntures	42.866	879
Total Obrigações Tributárias	152.732	230.395

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

A conta “outras obrigações” trata-se de adiantamentos feitos por clientes em contas garantidas para darem segurança nas operações conforme o seu volume de descontos e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes	37.852	98.597
Obrigações Trustee	3.655	
Aluguéis a pagar	15.000	
Cheques a Compensar	585.334	
Dividendos a Pagar	340.488	
Total Outras Obrigações	982.329	98.597

13. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 04 de dezembro de 2017, onde foram emitidas 5.000 (cinco) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de

R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), realizada em 6 (seis) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 250% (duzentos e cinquenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 200% (duzentos por cento) do CDI.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 180% (cento e oitenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 1.000 (um mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI.
- As debêntures da 6ª série são de classe subordinada, composta de 2.000 (duas mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” e mais 100% (cem por cento) do CDI.

A Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 10 de julho de 2018, onde foram emitidas 1.000 (um mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$

10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), realizada em 5 (cinco) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 0,9% (zero vírgula nove por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,1% (um vírgula um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,2% (um vírgula dois por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,3% (um vírgula três por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

A Companhia realizou a 3ª (Terceira) emissão privada de debêntures, em 26 de agosto de 2019, onde foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) perfazendo o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), realizada em 5 (cinco) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 100% (cem por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 15.000 (quinze mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 60.000 (sessenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 180% (cento e oitenta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 200% (duzentos por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

A Companhia realizou a 4ª (Quarta) emissão privada de debêntures, em 09 de abril de 2021, onde foram emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), realizada em série única, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 5.000 (cinco mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração de 1% (um por cento) ao mês.

De acordo com as características supracitadas, as debêntures estão assim relacionadas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures 1ª Emissão	4.900.000	7.730.000
Remuneração 1ª Emissão	845.212	683.777
Debêntures 2ª Emissão	6.050.000	3.990.000
Remuneração 2ª Emissão	1.461.377	738.490
Debêntures 3ª Emissão	5.534.000	7.090.000
Remuneração 3ª Emissão	354.191	169.548
Debêntures 4ª Emissão	2.250.000	
Remuneração 4ª Emissão	91.271	
Total títulos e valores mobiliários	21.486.051	20.401.815

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Resultados Acumulados - A companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo de R\$ 1.021.465,04 (um milhão, vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos).

Reserva legal – A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 27, § 1º, letra (a) do estatuto social da Companhia.

15. RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais	4.951.536	3.272.422
Receita de securitização	7.244.714	3.923.709
Receita de serviços		755.267
(-) Custo de captação de recursos	(2.021.461)	(1.230.716)
(-) COFINS	(233.735)	(148.969)
(-) PIS	(37.982)	(24.246)
(-) ISS		(2.623)
Despesas operacionais	(3.784.630)	(1.994.083)
Despesas gerais e administrativas	(3.784.630)	(1.994.083)
Resultado operacional líquido	1.166.906	1.278.339

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras	569.677	289.791
Descontos obtidos	12.241	8.684
Juros Recebidos	170.686	33.835
Juros Sobre Mútuo	4.364	
Rendimento de aplicação financeira	371	19.247
Multas recebidas		27.310
Juros sobre Mútuo		2.457
Multa sobre prorrogação		41.271
Juros s/ liquidação	25.034	7.302
Juros s/ recompra	16.170	50.457
Multa s/ liquidação	234.612	35.538
Multa s/ recompra	106.199	63.690
Despesas Financeiras	(78.893)	(118.168)
Descontos concedidos	(20.256)	(12.432)
Despesa bancária	(23.600)	(68.585)
Juros pagos ou incorridos	(6.309)	(32.913)
Multas dedutíveis	(25.527)	(1.585)
Multas indedutíveis	(3.159)	(2.420)
(-) Desconto sobre recompra	(42)	(233)
Resultado financeiro líquido	490.784	171.623

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e títulos e valores mobiliários, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

O principal instrumento financeiro ativo em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias.

Direitos Creditórios a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 13): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Joinville - SC, 23 de março de 2022.

Pedro Luiz Mees
Diretor Presidente

Alexsandro de Oliveira
Contador
CRC 1-SC-030554/O-7 SC

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A empresa declara que não há comentários sobre o comportamento das Projeções Empresarias.

Proposta de Orçamento de Capital

A Companhia declara não possuir proposta de Orçamento de Capital.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia declara que não há outras informações consideradas relevantes.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos administradores e acionistas da:
ROMAXIS SECURITIZADORA S/A
Joinville – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ROMAXIS SECURITIZADORA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ROMAXIS SECURITIZADORA S/A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 13)

A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de créditos. Durante o exercício a Companhia efetuou a quarta emissão de debêntures, para ampliar a captação de recursos e também para aumentar a carteira de direitos creditórios, ampliando assim, suas operações. Essas emissões precisam ser devidamente registradas nos Órgãos Específicos e também publicadas no Diário Oficial e jornal de grande circulação. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise de todos os documentos relacionados a emissão de debêntures, verificando os procedimentos corretos para que essas debêntures estejam devidamente lastreadas em direitos creditórios, bem como, analisamos a remuneração das debêntures para a data base de 31 de dezembro de 2021.

Valorização de instrumentos financeiros (Nota explicativa 17)

As operações da companhia são voltadas à aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários, emissão e colocação de títulos e valores mobiliários, cessão e reacquisição dos direitos creditórios, prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos. Entendemos que estas operações expõem a companhia, a riscos de perdas financeiras, decorrente da aquisição de créditos que possam incorrer em inadimplência e consequente perdas financeiras. Com objetivo de reduzir a respectiva exposição a perdas, a companhia possui um ambiente de controles internos, voltados a análise de créditos e confirmações de operações, com critérios predefinidos para aquisição de recebíveis, bem como o monitoramento constante da carteira dos respectivos recebíveis pela gestão da companhia, visando assim, minimizar a possibilidade de aquisições de crédito cuja liquidez seja duvidosa ou sem lastro. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de análise de crédito, gestão e reconhecimento e classificação desses instrumentos financeiros. Obtivemos o relatório financeiro analítico de todos os recebíveis em aberto na data base de 31 de dezembro de 2021, onde promovemos testes relacionados a idade dos respectivos títulos e testes de liquidações subsequentes. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Blumenau-SC, 23 de março de 2022.

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC
Juliano dos Santos Machado - Sócio
Contador – CRC/PR – 051229/O-8 “S” SC

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A companhia declara que não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Joinville-SC, 23 de março de 2022.

DIRETORIA

Pedro Luiz Mees
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Andre Effting Vanderlinde
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7 de setembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter visto, discutido e concordado com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 23 de março 2022, referente ao período de 31 de dezembro de 2021.

Joinville-SC, 23 de março de 2022.

DIRETORIA

Pedro Luiz Mees
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

André Effting Vanderlinde
Diretor Vce-Presidente